

Governo de Minas intensifica fiscalização ambiental no Sul do estado para combater desmatamento ilegal

Seg 24 março

A [Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável \(Semad\)](#), em parceria com a Unidade Regional de Fiscalização Ambiental do Sul de Minas (URFisSM), intensificou as ações de fiscalização contra o desmatamento ilegal no Sul de Minas.

A ação batizada de Operação Ordinária SM 2025 – Recursos Florestais ocorreu entre os dias 17 e 21/3, com o objetivo principal de combater a degradação dos ecossistemas, um dos pilares da gestão ambiental do governo de Minas Gerais.

A operação fiscalizou 19 imóveis rurais em 15 municípios da região, com base em alertas emitidos pelas plataformas de monitoramento MapBiomass e Brasil Mais, que identificaram possíveis irregularidades no uso de recursos florestais.

Durante as ações, foram aplicadas multas que somam cerca de R\$ 1,3 milhão, além de suspensões de atividades nas áreas investigadas. As infrações mais comuns foram relacionadas à supressão ilegal de vegetação nativa, em especial em áreas utilizadas para cultivos agrossilvipastoris, como café, grãos e pastagem.

A expansão dessas atividades sem o devido respeito à legislação ambiental impede a regeneração natural da vegetação, comprometendo a biodiversidade local.

A fiscalização também identificou o escoamento irregular de madeira e lenha provenientes do desmatamento, prática que, segundo o coordenador da operação, Elias Venâncio Chagas, expõe a exploração ilegal desses recursos para fins comerciais.

“A lenha e a madeira derivadas do desmatamento foram usadas de maneira inadequada, evidenciando uma exploração ilegal com objetivos comerciais”, destacou Chagas.

Um dos avanços mais notáveis da operação foi o uso de tecnologias de monitoramento, como as plataformas MapBiomass e Brasil Mais. Esses sistemas permitem à Semad monitorar as áreas em tempo real, oferecendo uma resposta mais ágil às infrações e garantindo o embargo imediato de áreas impactadas.

“O monitoramento em tempo real possibilita uma ação mais rápida, impedindo que o solo seja alterado antes da implementação de medidas corretivas e garantindo a recuperação ambiental das áreas afetadas”, explicou o também coordenador de fiscalização, Pedro Gustavo Ulisses Frederico.

A fiscalização constante e o uso de tecnologias avançadas são fundamentais para fortalecer as políticas públicas de proteção ambiental e combater o desmatamento ilegal, promovendo o equilíbrio ecológico e a qualidade de vida das comunidades locais.